



Concurso Público ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROVA DISCURSIVA

Data: 08/01/2012 - Tarde
Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 30 (trinta) questões da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e as propostas de temas para a Prova Discursiva:

Contabilidade Pública	Planejamento e Orçamento Público	Discursiva
51 a 60	61 a 80	Temas

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, alculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 3 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.



PROPOSTAS PARA A PROVA DISCURSIVA

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

Contabilidade Pública**Questão 01**

Produza um texto, utilizando o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, que atenda a uma das 3 (três) propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

TEMA 1. Com o advento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP –, inicia-se uma verdadeira revolução na Contabilidade Governamental brasileira. A ênfase passa a ser o patrimônio como objeto de estudo da contabilidade enquanto ciência. O orçamento deixa de ser o protagonista da administração pública para se tornar um coadjuvante importante que trata do fluxo de caixa do Governo, com base em autorização legislativa, para arrecadar receitas e realizar despesas.

Uma outra alteração importante diz respeito ao regime contábil adotado para a escrituração das contas públicas.

Tendo em vista os dispositivos da Lei nº 4.320/64 e das NBCASP, explique qual o novo regime contábil e também, cite e explique quais as principais diferenças entre o enfoque orçamentário e o enfoque patrimonial que coexistem na contabilidade do setor público.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 1

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citação do regime contábil e a sua interpretação sob as perspectivas do setor público	0 a 3
B- Conceitos de receitas e despesas “versus” variações patrimoniais, utilizados no setor público.	0 a 12
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

TEMA 2. A NBC SP T 16.6 – Demonstrações Contábeis estabeleceu as demonstrações a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades públicas. Nesse sentido, a norma, além de atender ao disposto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64, trouxe, como inovação, a elaboração de mais duas demonstrações, ampliando o rol de demonstrativos a serem elaborados pela Contabilidade ao final de cada exercício financeiro. Com base nos dispositivos atuais, mencione as demonstrações que foram introduzidas e a sua composição, bem como discorra sobre as principais alterações efetuadas nas estruturas das demonstrações originais, anexas à Lei nº 4.320/64, para atender à nova visão da Contabilidade do Setor Público Brasileiro.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 2

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citação das novas demonstrações e a sua composição.	0 a 5
B- Menção às alterações efetuadas nas estruturas dos demonstrativos.	0 a 10
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

TEMA 3. Com base na implementação das NBCASP, procedimentos e orientações definidos pelos órgãos normatizadores da nova contabilidade aplicada ao setor público, explique se os Restos a Pagar, ao final de cada exercício, sob a visão contábil-patrimonial continuarão sendo evidenciados como um passivo do Estado.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 3

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Conceito e classificação de Restos a Pagar. Análise Legal e Contábil.	0 a 3
B- Conceito, mensuração, reconhecimento, classificação e avaliação de passivo sob a perspectiva da doutrina contábil e das normas de contabilidade.	0 a 12
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

Planejamento e Orçamento Público

Questão 02

Produza um texto, utilizando o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, que atenda a uma das 3 (três) propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

TEMA 1. A Lei Complementar nº 101/2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece as normas orientadoras das finanças públicas no Brasil. Dentre os valores que nortearam a elaboração dessa lei está o entendimento de que o almejado aprimoramento da gestão das contas públicas deverá ser obtido mediante introdução de melhores práticas de gestão. Os três níveis de governos, o Federal, o Estadual e o Municipal, por meio desse ordenamento jurídico, passaram a experimentar um novo regime de administração dos recursos públicos, denominado Gestão Fiscal Responsável, que está assentado em quatro pilares, definidos no contexto da referida lei. Um desses pilares é a transparência da gestão fiscal que consiste na ampla divulgação à sociedade, de forma clara e objetiva, dos atos praticados pelos gestores públicos.

Com base no contexto da LRF, cite e explique os outros três pilares que sustentam o ordenamento institucional, estabelecidos na lei, e, conforme preconizado no artigo 48, cite e explique os instrumentos de transparência da gestão fiscal.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 1

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citar e explicar cada um dos três outros pilares que estão definidos na LRF.	0 a 3
B- Citar e explicar sucintamente cada um dos instrumentos de transparência.	0 a 12
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

TEMA 2. O processo ou ciclo orçamentário pode ser definido como uma série de passos que se repetem em períodos prefixados. Constitui, portanto, a articulação de um conjunto de procedimentos, dotados de características próprias, que se sucedem ao longo do tempo e se realimentam cada vez que estes são novamente implementados.

Esse processo resulta da singular natureza do orçamento, que, desde a sua mais remota origem, tem sido entendido como um instrumento político, por estabelecer parâmetros para a cobrança de tributos, fixar limites para a realização de gastos públicos, definir responsabilidades e servir de instrumento de avaliação a ser exercido pela sociedade para controlar as atividades dos administradores públicos.

A literatura especializada sobre o Ciclo Orçamentário apresenta-o, em geral, como compreendendo um conjunto de quatro grandes fases, cuja materialização se estende por vários exercícios financeiros.

Mencionar essas quatro grandes fases, explicando os procedimentos realizados em cada uma dessas fases e os principais atores responsáveis por elas.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 2

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Mencionar as quatro grandes fases do Ciclo e os seus atores responsáveis.	0 a 6
B- Citação dos procedimentos executados em cada uma das fases.	0 a 9
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

TEMA 3. De grande importância para a compreensão do orçamento são os critérios de classificação das contas públicas. As Classificações Orçamentárias são necessárias à transparência e à sistematização dos documentos do Orçamento Anual, a fim de permitir que o Estado possa cumprir seus vários papéis, destacando-se os de formulação de políticas públicas; de planejamento estratégico; de orçamentação e programação; de atribuição de responsabilidades; de gerência e de administração integrada; e de acompanhamento, avaliação e controle das ações de governo.

A partir do orçamento do ano 2000, diversas modificações foram estabelecidas na classificação vigente, procurando-se privilegiar o aspecto gerencial do orçamento, com adoção de práticas simplificadoras e descentralizadoras.

Essa unificação de conceitos representa um importante passo no sentido da modernização dos processos de planejamento e orçamento, em consonância com a política de governo de se buscar para o setor público uma administração menos burocrática e mais gerencial, com efetiva orientação para resultados.

Na Lei Orçamentária, podemos destacar que são utilizados, basicamente, três grupos ou modalidades de classificações: a) comuns à Receita e a Despesa; b) da Receita; e c) da Despesa.

Com base na técnica atual aplicada à administração pública no Brasil, discorra sobre os aspectos pelos quais as Receitas e Despesas Públicas estão classificadas na Lei Orçamentária.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 3

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citação dos aspectos da classificação orçamentária da Receita e da Despesa.	0 a 4
B- Discorrer sobre cada um desses aspectos utilizados na Classificação da Receita e da Despesa.	0 a 11
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2